



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 11/11/2013**  
(Contém folhas)

**ATA Nº 04**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereadores:**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### REUNIÃO DE 11/11/2013

#### ATA Nº 04

----- Aos onze dias do mês de novembro do ano dois mil e treze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, João dos Santos Alves, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 28 de outubro de 2013 foi aprovada por unanimidade. -----

#### 1.1 - INFORMAÇÕES DO SR. PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- Que, nos termos do artigo 28º, nº 1, alínea a), da Lei nº 75/2013, há necessidade de realizar uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal, para aprovação de assuntos que carecem de ser submetidos àquele Órgão Deliberativo, antes do final de novembro e que são os seguintes: Participação Variável do IRS; Fixação das taxas sobre o Imposto Municipal Sobre Imóveis - IMI - 2013; Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) - Proposta de Minoração de taxa para prédios urbanos com afetação industrial para o ano de 2013; Taxa Municipal de Direitos de Passagem - Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro; Execução de Obras Por Administração Direta de valor superior a 150.000,00 €; Protocolo de apoio financeiro no valor de 10.000€ à Freguesia de Pampilhosa da Serra e Protocolo de apoio financeiro no valor de 2.100€ à Freguesia de Dornelas do Zêzere. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Assim, a referida reunião extraordinária terá lugar no próximo dia 22 de novembro, pela 20:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município. -----

----- Mais informou, que a sessão ordinária da Assembleia Municipal para aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014, terá lugar no dia 14 de dezembro, às 9:00 horas. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- Que, no passado dia oito, tiveram uma reunião da Comunidade Intermunicipal de Coimbra. Na referida reunião, de entre outros assuntos de interesse para a Comunidade, ficou decidido que cada município representa um voto, o que considera extremamente justo, tendo em conta o bom entendimento que se pretende para esta nova Comunidade e que veio reforçar a posição dos antigos municípios do Pinhal Interior Norte. -----

----- Mais informou que na referida reunião foram eleitos os dirigentes da Comunidade, ficando a Mesa com a seguinte composição: Presidente, o Presidente da Câmara de Coimbra; Vice-Presidente o Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital, e Secretário o Presidente da Câmara de Arganil; Também foi eleito um Secretário Executivo, o antigo Presidente da Câmara de Condeixa, que foi durante muito tempo o Presidente da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, pelo que, é alguém com muita experiência e uma mais valia para a nova Comunidade. Decidiu-se também que poderá eventualmente vir a eleger-se mais dois secretários, de acordo com as necessidades da Comunidade. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- Que, teve uma reunião na CCDRC, com a gestora do Programa Mais Centro, Dr<sup>a</sup> Isabel Damasceno, em que foi dado conta do ponto de situação da candidatura àquele quadro comunitário de apoio, para a construção do novo Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

## 2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

### 2.1 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

- 2.1.1 - AIRC - Associação de Informática da Região Centro
- Indicação do representante do Município na AIRC



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma carta da AIRC – Associação de Informática da Região Centro, a solicitar que seja designado o representante do Município para aquela Associação, nos termos do Artigo 12º dos seus Estatutos, tendo em consideração a qualidade de associado. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade designar o Sr. Presidente da Câmara para representante do Município naquela Associação, bem como o Sr. Vice-Presidente que o substitui nas suas faltas e impedimentos. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## 2.2 – SERVIÇOS JURÍDICOS

### 2.2.1 – Proposta do Sr. Vice-Presidente

#### - Cedência gratuita de terreno sito em Carvalho

----- Considerando que, aquando do alargamento da estrada para o cemitério de Carvalho, em 2012, foi cedida verbalmente pelo seu proprietário, uma área de cerca de 20 m2 de terreno, destinada a integrar a dita estrada municipal; -----

----- Tendo em conta que o proprietário do dito terreno manifestou vontade de formalizar a cedência gratuita de tal terreno, propondo doar ao Município de Pampilhosa da Serra o prédio rústico inscrito na respetiva matriz sob o número 3618 e registado sob a ficha número 6633, da freguesia de Pampilhosa da Serra, propriedade de Joaquim Fernandes Gonçalves Branco, divorciado, portador do CC nº 677525 0 ZZ5, válido até 26/03/2014, com o NIF 138181594, residente em Rua Barão de Moçâmedes, nº 14, 1º direito, em Carcavelos; -----

----- Considerando que sobre o dito prédio não incidem quaisquer ónus ou encargos, proponho que a Câmara Municipal, no âmbito das suas competências materiais, ao abrigo do disposto na al. j) do nº 1 do art. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibere aceitar a doação do prédio supra identificado, concedendo poderes ao Senhor Presidente da Câmara para assinar o competente título e tudo o que se mostre necessário ao identificado fim. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aceitar a doação do prédio supra identificado e conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara para assinar o competente título e tudo o que se mostre necessário ao necessário fim. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.2.2 - Concessão de apoio financeiro no valor de 2.100 Euros à Freguesia de Dornelas do Zêzere**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Em cumprimento do Despacho de V.Exª, datado de 29/10/2013, junta-se minuta de Protocolo de Colaboração, com vista à atribuição de apoio financeiro, no montante de 2.100 €, à Freguesia de Dornelas do Zêzere, para a prossecução dos fins constantes do ofício remetido pela Freguesia em questão (reg 4385, de 23/10/2013). -----

----- Assim, sugere-se que a Câmara Municipal, no âmbito das suas competências materiais, ao abrigo do disposto na alínea ccc), do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibere propor à Assembleia Municipal a atribuição do apoio financeiro em questão, a celebração do competente Protocolo de Colaboração (cuja minuta anexa cumpre aprovar, com as alterações que entender por conveniente) e conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara para a sua assinatura.” -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da minuta do referido Protocolo de Colaboração, cujo objeto consiste na concessão de apoio financeiro no valor de 2.100 € (dois mil e cem Euros) à Freguesia de Dornelas do Zêzere, destinado a compartilhar as despesas realizadas com a limpeza/manutenção/conservação da Praia Fluvial de Dornelas do Zêzere, sanitários públicos e zona envolvente, a cargo daquela Freguesia. -----

----- Após análise, deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para a sua assinatura. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.2.3 - Fração B do II Pavilhão sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra - Tendência Cromática - Iluminação Unipessoal, Lda**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 13/08/2013, relativa à **resolução do contrato de arrendamento da fração supra mencionada com a sociedade acima identificada**, permita-me informar: -----

----- A gerência da sociedade comercial em questão foi notificada do teor da deliberação, tendo (paralelamente) sido **agendada vistoria conjunta, a fim de ser verificado o estado do locado e ser restituída a posse do mesmo e das respetivas chaves ao Município de Pampilhosa da Serra.** -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nessa sequência, na véspera da realização da vistoria foi rececionado um email, subscrito pelo anterior gerente da dita sociedade arrendatária (Engº Américo Matias), informando que não detém, já, qualquer participação na empresa em questão e que, a pedido da atual gerência, informa a Câmara Municipal que o gerente da sociedade em questão "se encontra fora do país em viagem de negócios, pelo que o mesmo contactará essa Câmara Municipal logo que regresse a Portugal por forma a dar cumprimento às vossas pretensões". -----

----- Como resposta ao mesmo, foi enviado email ao anterior sócio e ao atual, referindo que não existia motivo bastante e legal para ser adiada a vistoria marcada para dia 10/09/2013, pelas 10:00 horas. -----

----- Assim, no dia 10/09/2013, pelas 10:00h, em deslocação ao locado, foi verificado que não se encontrava presente qualquer representante da sociedade arrendatária, o que impossibilitou o acesso às instalações, já que o imóvel se encontrava encerrado. -----

----- Pelo que, naquela data, o imóvel não foi vistoriado, a posse não foi restituída nem foram entregues as chaves. -----

----- Nesta sequência os Serviços Jurídicos da autarquia informaram que tal situação consubstanciava uma ocupação abusiva e indevida da referida fração, sugerindo que fosse remetida notificação para a empresa desocupar o imóvel e proceder à entrega das respetivas chaves, sem prejuízo da Câmara Municipal poder vir a fixar uma justa indemnização, relativa ao período de ocupação ilícita até à restituição da posse. -----

----- E assim foi, em cumprimento do Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 02/10/2013, foi remetida para a sede da empresa e para os contactos de correio eletrónico conhecidos Notificação para que a sociedade em questão procedesse à restituição do imóvel, estabelecendo como data limite o dia 22/10/2013, alertando para o facto de a Câmara Municipal poder fixar uma indemnização, relativa ao período de ocupação até à entrega definitiva do imóvel. -----

----- Por cautela, foi ainda enviado email, no dia 17/10/2013, a lembrar os atuais sócios e gerentes da data limite para entrega do imóvel e respetivas chaves. -----

----- Decorrido que foi aquele prazo o certo é que, até à presente data não foram entregues as chaves do imóvel em questão, não foi restituída a posse, nem apresentada qualquer justificação para tal. -----

----- Pelo que, sugere-se que a Câmara Municipal mandate o Senhor Consultor Jurídico para propor a competente ação de resolução por incumprimento contratual e restituição do imóvel e exigir a competente indemnização pelos prejuízos decorrentes do incumprimento do contrato e mora na entrega do locado. É quanto me cumpre informar e sugerir, V. Exª superiormente decidirá." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade mandar o Senhor Consultor Jurídico para propor a competente ação de resolução por incumprimento contratual e restituição de imóvel e exigir a competente



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

indemnização pelos prejuízos decorrentes do incumprimento do contrato e mora na entrega do locado. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 2.3 - CONTENCIOSO CONTRAORDENAÇÕES

#### 2.3.1 - Processo de Contraordenação nº 28/2012

- **Arguido: Paulo Jorge dos Santos, residente na Rua Cidade de Dili - Bloco 18 - 1º Dtº, Coimbra**

----- Foi presente uma Informação do Serviço de Contencioso Contraordenações, do seguinte teor: -----

----- “ O presente processo de contraordenação, teve por base o facto de o arguido ter procedido à venda ambulante de artigos, no dia 17-08-2012, na Av. dos Bombeiros Voluntários em Pampilhosa da Serra, sem possuir o respetivo cartão emitido pela Câmara Municipal para o efeito. Tal situação foi constatada atento ao Auto de Notícia de Contraordenação nº 113/2012 elaborado pelos serviços do Posto de Pampilhosa da Serra, da Guarda Nacional Republicana e apenso ao presente processo e folhas 2. -----

----- Decorridos que foram os trâmites legais inerentes ao processo de Contraordenação em questão, foi proferida Decisão em 09-08-2013, na qual foi determinada a aplicação de coima do valor de 50,00 € (cinquenta euros), acrescida de despesas de processo na quantia de 5,17 € (cinco euros e dezassete cêntimos) referente a encargos com notificações. -----

----- Mais foi determinado na referida Decisão, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 19º do Regulamento de Venda Ambulante do Concelho de Pampilhosa da Serra, bem como do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 21º e do nº 1 do artigo 21º A do Regime Geral de Contraordenações a aplicação de sanção acessório de perda dos objetos apreendidos discriminados no Auto de Apreensão anexo e que serviram para a prática da Contraordenação em questão a favor do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- Por consulta ao processo, foi verificado que o mesmo se encontra concluído, uma vez que o arguido procedeu à liquidação das quantias em questão, conforme guia de receita nº 367 de 26-08-2013. -----

----- Considerando que a Câmara Municipal, se mantém fiel depositária dos bens em questão, deixa-se à consideração de V.Exª e da Câmara Municipal, o fim que deve ser dado aos bens em questão.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder à destruição dos bens constantes do Auto de Apreensão da Guarda Nacional Republica. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.2 – Processo de Contraordenação nº 48/2012**

##### **- Arguido: El Moukhtar Eddaoudi**

----- Foi presente uma infirmação do Serviço de Contencioso Contraordenações, do seguinte teor: -----

----- “ O presente processo de contraordenação, teve por base o facto de o arguido ter procedido à venda ambulante de artigos, pelas 11:00 horas do dia 29-11-2012, no Largo do Mercado Municipal em Pampilhosa da Serra, sem possuir o respetivo cartão emitido pela Câmara Municipal para o efeito. -----

----- Tal situação foi constatada atento ao Auto de Notícia de Contraordenação nº 170/2012 elaborado pelos serviços do Posto de Pampilhosa da Serra, da Guarda Nacional Republicana e apenso ao presente processo a folhas 2. -----

----- Decorridos que foram os trâmites legais inerentes ao processo de Contraordenação em questão, foi proferida Decisão em 23-05-2013, na qual foi determinado o arquivamento do processo nos termos do disposto no nº 2 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 433/82 de 27-10, na sua atual redação, em virtude de terem sido esgotadas todas as possibilidades de notificação do arguido. -----

----- Mais foi determinado na referida Decisão, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 19º do Regulamento de Venda Ambulante do Concelho de Pampilhosa da Serra, bem como do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 21º e do nº 1 do artigo 21º A do Regime Geral das Contraordenações a aplicação de sanção acessório de perda dos objetos apreendidos discriminados no Auto de Apreensão anexo e que serviram para a prática da Contraordenação em questão a favor do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- Considerando que a Câmara Municipal, se mantém fiel depositária dos bens em questão, deixa-se à consideração de V.Exª e da Câmara Municipal, o fim que deve ser dado aos bens em questão.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder à destruição dos bens constantes do Auto de Apreensão da Guarda Nacional Republica. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.3 – Processo de Contraordenação nº 29/2012**

##### **- Arguido: David Correia Carvalhosa**

----- Foi presente uma informação do Serviço de Contencioso Contraordenações, do seguinte teor: -----

----- “O presente processo de contraordenação, teve por base o facto de o arguido ter procedido à





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*venda ambulante de artigos, pelas 02:40 horas do dia 19-08-2012, na Av. dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, sem possuir o respetivo cartão emitido pela Câmara Municipal para o efeito. Tal situação foi constatada atento ao Auto de Notícia de Contraordenação nº 114/2012 elaborado pelos serviços do Posto de Pampilhosa da Serra, da Guarda Nacional Republicana e apenso ao presente processo a folhas 2.-----*

*----- Decorridos que foram os trâmites legais inerentes ao processo de Contraordenação em questão, foi proferida Decisão em 15-10-2013, na qual foi determinada a aplicação de coima do valor de 50,00€ (cinquenta euros), acrescida de despesas de processo na quantia de 20,63€ (vinte euros e sessenta e três cêntimos) referentes a encargos com notificações. -----*

*----- Mais foi determinado na referida Decisão, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 19º do Regulamento de Venda Ambulante do Concelho de Pampilhosa da Serra, bem como do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 21º e do nº 1 do artigo 21º A do Regime Geral das Contraordenações e aplicação de sanção acessório de perda dos objetos apreendidos discriminados no Auto de Apreensão anexo e que serviram para a prática da Contraordenação em questão a favor do Município de Pampilhosa da Serra. -----*

*----- Por consulta aos documentos existentes e na impossibilidade de notificar o arguido em nenhuma fase do processo, foi verificado que o mesmo se encontra concluído, uma vez que foi determinado por Despacho de 23-10-2013, o respetivo arquivamento. -----*

*----- Considerando que a Câmara Municipal, se mantém fiel depositária dos bens em questão, deixa-se à consideração de V.Exª e da Câmara Municipal, o fim que deve ser dado aos bens em questão." -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder à destruição dos bens constantes do Auto de Apreensão da Guarda Nacional Republicana. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

### 3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

#### 3.1 - SECÇÃO DE ÁGUAS

##### 3.1.1 - Comunicação nº 4416/2013 - Consumo de água

*----- Foi presente uma informação da Secção de Águas, do seguinte teor: -----*

*----- "Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma comunicação do Sr. Manuel Dias Barata, respeitante ao contador nº 01526223 do consumidor nº 14622, sito em Lobatos, na qual é referido a ocorrência de uma rotura de água no quintal da referida habitação. -----*

*----- Tendo analisado o ocorrido verifica-se que da referida ocorrência, a qual é da*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*responsabilidade do munícipe, resulta um diferencial entre leituras de 107 m3. -----*

*----- Deixa-se e face ao exposto, à consideração superior o procedimento a adotar no respeitante ao solicitado, tanto a nível de redução, manutenção ou pagamento faseado do volume a faturar. (Valor da fatura: 328,73€).” -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar o pagamento faseado do valor em apreço, em seis prestações. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

#### **3.1.2 - Comunicação nº 4306/2013 - Consumo de água**

*----- Foi presente uma informação da Secção de Águas, do seguinte teor: -----*

*----- “Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma comunicação da Srª Adelaide Henriques, respeitante ao contador nº 01526123 do consumidor nº 10603, sito na Rua da Quelha nº 3 em Aldeia Fundeira, na qual é referida a ocorrência do facto de aquando terem estado na habitação no mês de agosto durante as férias, ter ficado uma torneira aberta na casa de banho, sem que tal tenha sido verificado. -----*

*----- Tendo analisado o ocorrido verifica-se que a referida ocorrência é da responsabilidade da munícipe, não obstante, informa-se que o diferencial entre leituras é de 188 m3. -----*

*----- Deixa-se e face ao exposto, à consideração superior o procedimento a adotar no respeitante ao solicitado, tanto a nível de redução, manutenção ou pagamento faseado do volume a faturar. (Valor da fatura: 606,92 €)” -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar o pagamento faseado do valor em apreço, em seis prestações. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

## **4 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA**

### **4.1 - EDUCAÇÃO**

#### **4.1.1 - Constituição do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Escalada de Pampilhosa da Serra - 2013/2017** **- Designação de representantes do Município**

*----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que, com base no Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de abril de 2008, alterado e republicado no Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho e no Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas Escalada, de Pampilhosa*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

da Serra, deverão ser designados três representantes do Município de Pampilhosa da Serra para integrar o Conselho Geral. -----

----- Neste contexto, propõe-se a designação dos seguintes representantes: -----

----- Vereadora, Dr<sup>a</sup> Isabel Alexandra Lopes Santos Tomé; -----

----- - Chefe de Divisão Sócio cultural e Educativa, Dr<sup>a</sup> Cristina Paula Ventura Antunes;

----- - Técnica Superior da Ação Social, Dr<sup>a</sup> Cláudia Margarida Batista Almeida; -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4.2 - AÇÃO SOCIAL

##### 4.2.1 - Novo pedido de apoio - Ação Social Escolar 2013/2014

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento de novo pedido de apoio referente à Ação Social Escolar 2013/2014, venho por este meio remeter proposta, após análise dos dados apresentados: -----

Nº	Nome do aluno	Nome dos pais	Alim.	Trans.	13/14
26	Micaela Filipa Simões Almeida	Luís Filipe de A. Tronco Simões Maria helen M. Simões Tronco	---	X	50%

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

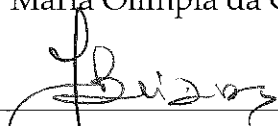
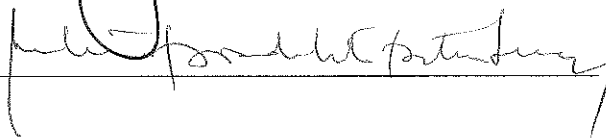
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas que a subscrevi. --

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_